



RIEdSA


Revista Interdisciplinar em Educação, Saúde e Ambiente

**Programa de Pós-Graduação
em Formação de Professores
e Práticas Interdisciplinares (PPGFPI)
UPE - Campus Petrolina**

 **Antoneide Santos Almeida Silva**
Universidade do Estado da Bahia

 asasilva@uneb.br

 <https://orcid.org/0009-0008-1309-5527>

 **Gabriella Rosane Chagas Silva**
Universidade do Estado da Bahia

 chagas.gabriellasilva@hotmail.com

 <https://orcid.org/0009-0002-9995-6872>

Submetido: 29/03/2024

Aceito: 30/12/2024

Publicado: 12/05/2025

Volume 2 – Ano 2025

ISSN: 2965-8624

Doi:



O RACISMO NA INFÂNCIA: A CRIANÇA ENTRE A ESCOLA E O TERREIRO

RESUMO: O artigo apresenta a atividade extensionista realizada, no curso de Pedagogia do DCH III. A atividade propôs a discussão a respeito da infância vivenciada pelas crianças de terreiro em seu contexto escolar, discutindo sua relação com a escola a partir da sua prática religiosa de terreiro em um conflito perpassado pelo racismo inerente à sociedade brasileira e conseqüentemente à instituição escolar. Foi produzido diálogos através de uma live, sobre as formas de violência religiosa que atingem as crianças de terreiro em seu contexto escolar e suas conseqüências, para romper com o pacto silencioso que mantém o racismo na escola. Educar para a diversidade e incorporando na sua construção pedagógica métodos para superação de preconceitos e perspectivas racistas que a tornam excludente.

Palavras-chave: contexto escolar, racismo, violência religiosa.

RACISM IN CHILDHOOD: THE CHILD BETWEEN SCHOOL AND THE TERREIRO

ABSTRACT: This article presents the extension activity carried out in the Pedagogy course at DCH III. The activity proposed a discussion about the childhood experienced by children from the terreiro in their school context, discussing their relationship with the school based on their religious practice in a conflict permeated by racism inherent to Brazilian society and consequently to the school institution. Dialogues were continued through a live broadcast about the forms of religious violence that affect children from the terreiro in their school context and their consequences, to break with the silent pact that maintains racism in schools. Educating for diversity and incorporating into its pedagogical construction methods to overcome prejudices and racist perspectives that make it exclusionary.

Keyword: school, childhood, racism, terreiro.

RACISMO EN LA INFANCIA: EL NIÑO ENTRE ESCUELA Y TERREIRO

RESUMEN: El artículo presenta la actividad de extensión realizada en el curso de Pedagogía en el DCH III. La actividad propuso una discusión sobre la infancia vivida por los niños del terreiro en su contexto escolar, discutiendo su relación con la escuela a partir de su práctica religiosa del terreiro en un conflicto permeado por el racismo inherente a la sociedad brasileña y conseqüentemente a la institución escolar. Los diálogos continuaron a través de una transmisión en vivo, sobre las formas de violencia religiosa que afectan a los niños de los terreiros en su contexto escolar y sus consecuencias, para romper con el pacto silencioso que mantiene el racismo en las escuelas. Educar para la diversidad e incorporar en su construcción pedagógica métodos para superar prejuicios y perspectivas racistas que la hacen excluyente.

Palabras Clave: escuela, infancia, racismo, terreiro.



INTRODUÇÃO

Este artigo é o resultado de pesquisa e diálogos conduzidos pelas autoras no Núcleo de Educação Infantil e Anos Iniciais, componente curricular do curso de Pedagogia da UNEB, Departamento de Ciências Humanas III, Campus Juazeiro. O Núcleo de aprofundamento tem por finalidade se constituir como espaço teórico- metodológico, estimulando a diversificação do currículo, organizados a fim de envolver o ensino a pesquisa e a extensão, com base na interdisciplinaridade de cunho extensionista (UNEB, 2021). Nessa direção é oferecido ao aluno a possibilidade de construção de projeto com ações extensionistas voltadas para comunidade.

Essa estrutura de funcionamento possibilitou a escolha de uma temática voltada não só para o interesse da discente, como para sua vivência. Isso por que Gabriella Chagas, uma das autoras dessa comunicação, professa a religião de matriz africana. A partir da prática da religião de matriz africana dentro da dinâmica e convivência com as crianças do terreiro muitas vezes foi possível perceber a dificuldade da confluência dos temas escolares a do terreiro, reclamações das próprias crianças que eram induzidas diariamente a professar outra fé nas orações de cunho cristão diárias na instituição e no medo da utilização das indumentárias, por exemplo. Assim, perceber a narrativa das mesmas sobre os conflitos vividos na escola a respeito da sua religião despertou para que o trabalho pudesse acontecer considerando essas crianças como ponto inicial de percepção do tema.

O projeto extensionista aqui apresentado teve como objeto produzir pesquisa com o tema racismo na infância, observando as questões que atingem as crianças de terreiro. A discussão se deu em torno do racismo e suas manifestações na infância, com o objetivo de refletir sobre a condição da criança na encruzilhada traçada por dois cenários: a escola e o terreiro. Assim, busca-se compreender de que forma a escola, seus educadores e gestão lidam com a criança em sua experiência religiosa em terreiros de umbanda ou candomblé, ou ainda, em suas experiências nas diversas religiões de matriz afrodiaspórica, atravessadas pelo racismo.

Para tanto, a análise se fundamenta na luta pela afirmação de um espaço escolar que seja capaz de respeitar as construções culturais e religiosas trazidas por essas crianças que



vivenciam as culturas afro-brasileira e indígena. Assim trata-se também de reconhecer e implementar o que está determinado nas leis 10.639/03 e 11645/08, sobre o ensino das culturas africanas e indígenas no currículo escolar com a intenção de enfraquecer e eliminar manifestações racistas e discriminatórias na escola, que deve em seu dever, abrange fortalecer os conhecimentos sobre a diversidade cultural e histórica do país (Brasil, 2003; 2008).

Logo, a discussão sobre o lugar da criança de terreiro na escola nos remete a pensar que é natural a diversas religiões, no que são incluídas também as de matrizes africanas, que se estabelecem formas específicas de inserir as crianças ao seu culto, construindo desde cedo profunda relação de transmissão de valores, construção de identidade e da sociabilidade da criança na religião, tratando – se do terreiro um desses espaços, que estimula e fortalece o sentido comunitário na criança. Ainda, a presença da religião no ambiente escolar sempre levantou diferentes opiniões, mas é possível pontuar que em muitas escolas, dentro de suas rotinas, reforçam hábitos como os momentos da oração, que favorecem quase sempre um único tipo de experiência religiosa, a cristã.

Isso ocorre por que o Brasil possui uma herança histórica imposta por bases colonizadoras que por meio do racismo deslegitima e demoniza a prática e vivência das crianças em religiões afro-brasileiras e indígenas. Conseqüentemente, as crianças negras ou crianças que compartilham e experenciam religiões de origem negra como as inseridas em cultos de matriz africana, recebem olhares discriminatórios que as acompanham também em todo seu percurso escolar. Nos dois casos, o da criança negra e o da criança que experencia a cultura afro-brasileira em terreiros, a origem das discriminações que lhes ocorrem, descende desse mesmo processo colonizador e perverso que instituiu aos povos africanos na América a condição de escravos/os. Assim, a criança que vivencia o terreiro e que se constitui a partir dos conhecimentos dessas culturas são confrontadas dentro da escola em um processo de anulação e de normatização invasivo e violento, que não dialoga com a sua realidade, muitas vezes.

Além disso, a escola ainda subestima o reconhecimento étnico e racial como fator potencializador para a educação e o processo de escolarização, tanto das crianças negras,



inseridas ou não nos cultos de matriz africana, quanto para todas as outras que poderão vivenciar experiências múltiplas e despertar para conhecimentos sobre outras culturas e sobre a grande diversidade que existe no país e no mundo de maneira positiva. Assim, o Brasil, que possui uma diversidade de religiões fundamentadas a partir de diferentes culturas, (uma vez que seus valores se constituíram junto às interações forçadas de diferentes grupos étnicos presentes na exploração do país) é palco dos desígnios de uma sociedade radicalmente contrastada por uma colonização que instituiu um genocídio às populações originárias indígenas e instituiu a escravidão aos povos africanos sequestrados de sua terra, e que no decorrer da história, se consolidou através de aparelhos estatais e institucionais que aprofundam concepções racistas postergadas em espaços como a escola. Sobre a sua atuação, Trindade (1994) diz,

Ou a escola se abre para a diversidade racial e cultural, para as realidades diferentes vividas por seus usuários, ou corre o risco de fossilizar-se e tornar-se cada vez mais intenso o seu papel de produtora e reprodutora de desigualdades sociais, discriminações, preconceitos, enfim, de racismo (Trindade, 1994, p.07).

Para Sueli Carneiro a experiência na escola é uma das, se não, a primeira a reforçar estereótipos da cultura hegemônica e destitui de reconhecimento e de afetividade a criança e o jovem negro nesse conflito racial:

Dentre as experiências de negação que vão constituindo a subjetividade, desde a idade mais tenra [...] o plano amoroso, da afetividade, pode ser aquele que constituirá a marca psicológica em que a rejeição afetiva, fundada na diferença racial e de classe que se entrecruzam, se dá no contato com o Outro, o Eu hegemônico. Coincidentemente é a escola que aparece como cenário das primeiras experiências sociais de negação racial (Carneiro, 2005, p.280).

A partir disso, refletimos que o contexto de estruturação do racismo no Brasil precisa motivar a instituição escolar a desafiar e produzir um percurso que busque apresentar às crianças as mais diversas concepções culturais e os múltiplos conhecimentos socialmente construídos pela humanidade, que incluam os conhecimentos produzidos pelos povos de origens africanas e indígenas, se colocando para além de concepções ocidentais hegemônicas.

Dessa forma, o trabalho também buscou que, através dos seus profissionais e da discussão das políticas que estruturam esse processo, a escola reescreva o seu papel no



enfrentamento ao racismo e na adoção de práticas e materiais que ajudem nesse desafio, incorporando na sua produção pedagógica e institucional concepções que superem preconceitos e perspectivas racistas e unilaterais. Podendo assim, eliminar da escola as concepções que colocam a criança de terreiro ao lugar do “estranho”, do “demoníaco” ou do “coitado”, por causa de sua vivência em uma religião de matriz africana, que carrega e aprofunda esse estigma racial.

A partir da situação das crianças de terreiro, pensando a incorporação das suas experiências vivenciadas nesses espaços de terreiro ao contexto escolar, o trabalho pretendeu reconhecer também a importância da cultura afro-brasileira e do conhecimento sobre as tradições que estão presentes na vida da criança de terreiro por parte da comunidade escolar, como direito delas e de todas as crianças. Com o intuito de fortalecer a efetivação das leis de ensino das culturas africanas e indígenas nas escolas e buscando reconhecer a potencialidade do saber produzido pela criança de terreiro na construção da sua identidade individual e coletiva e no seu processo de aprendizado na escola.

O DIÁLOGO DO PROJETO COM AS VOZES TEÓRICAS QUE O REFERENDAM

O racismo no Brasil se estabeleceu a partir de relações sociais extremamente conflituosas e do apagamento das populações e culturas africanas e indígenas. As consequências evidentes até os dias atuais condicionam a população negra aos piores índices sociais de trabalho, saúde, moradia e violência, processos que interferem diretamente na construção de identidade dos sujeitos negros e que vivenciam as culturas e religiões afro indígenas. Sobre isso, a pesquisadora e pedagoga Nilma Lino Gomes afirma que o Brasil descreve o cenário histórico brasileiro atravessado pela população negra e indígena no que tange à discriminação racial.

Trata-se de um contexto peculiar marcado por séculos de escravidão, pela colonização e dominação político-cultural de grupos sociais étnico raciais específicos, pela resistência negra à escravidão, por um processo de abolição tenso e negociado de várias maneiras, pela instauração de uma república negra e liberta, pelos processos autoritários e golpes que marcaram a vida republicana, pela luta dos movimentos sociais, pela remontada da democracia nos anos 80 e pela luta em prol da democratização do Estado e



da sociedade atual, ambos marcados pelo neoliberalismo e pela globalização capitalista (Gomes, 2010, p.98).

Constituem assim a formação social brasileira que se deu por processos de violência e apagamento da história e cultura desses povos que até hoje são “demonizados” por uma perspectiva colonialista que impõe um modelo ocidental cristão ao Estado e às instituições que lhe seguem, logo, a persistência dessas culturas se apresenta como forma contínua de resistência e de luta histórica.

Dentre as violências, um dos maiores símbolos de resistência negra atingidos são os terreiros, espaços religiosos e que contém uma infinidade de funções comunitárias e concepções culturais, comportamentais, sociais e históricas. Carregam em sua história a resistência das populações afro indígenas submetidas aos interesses das metrópoles no processo histórico do Brasil, no qual até hoje seus praticantes e locais de culto são ameaçados e vistos à margem da sociedade.

O terreiro é um espaço de caráter comunitário, onde seus praticantes estabelecem relações profundas, familiares, de culto e comunhão. Cada terreiro possui sua organização e tradições próprias, variando de diversificadas formas, assumindo o caráter de resistência e luta de sua comunidade por meio da ancestralidade e de seus valores histórico culturais.

O Candomblé é, então, o veículo possível de sobrevivência, referência e resistência de uma cultura étnica produzida pela presença escrava no Brasil e é, também, a possibilidade de manutenção de uma identidade e solidariedade que o violento processo escravocrata não conseguiu extinguir. É, portanto, o repertório mitológico de codificações simbólicas dos Òrisá, inspiradores, em diversos níveis, do fazer artístico de muitos, porém em gradação de conhecimentos básicos fundamentais, que vão da profundidade e domínio completo desse universo, como é o caso do Mestre Didi, aos que se limitam às informações corriqueiras, às vezes infundadas (Sodré, 2006 apud Mattar, 2018.).

Nestes espaços a relação com a criança se dá de maneira a fortalecer sua cultura, sua autoestima e sua formação enquanto pessoa. Contudo, dentro desse cenário histórico social carregado de racismo e exclusão, as crianças de terreiros estão vulneráveis no que tange à sua prática religiosa, que são discriminadas à vista de uma sociedade de crenças e normas racistas que institui religião cristã como percepção única da realidade, excluem e criam estereótipos e estigmas a respeito das religiões de matriz africana. Os efeitos nas crianças dificultam sua



vida, debilitam a sua autoestima e formação pessoal no espaço social, que inclui no caso das crianças, o espaço escolar.

Durante a colonização as religiões de matriz africana bem como toda a cultura vinda dessa raiz étnica foram atacadas e persistentemente criminalizadas pelo Estado e pela sociedade brasileira, assim como práticas como a capoeira (Decreto 847/1890 – Dos vadios e capoeiras), consideradas perigosas para a “ordem colonial”, que temia o fortalecimento dos africanos e africanas escravizadas através de sua fé e cultura. Sendo uma das principais formas de resistência ao horror do sequestro e exploração sofrida, o culto aos Orixás assim como os espaços dos terreiros se colocam na história do povo negro brasileiro como elementos fortalecedores, referenciados através da necessidade histórica do sincretismo, através de outras formas de lutas e resistências individuais e coletivas e que possui importância única no processo de resistência cultural por serem representantes de uma infinidade de conhecimentos e saberes muitas vezes desprezados pela lógica ocidental.

Nesse sentido, os terreiros apresentam uma profunda relação com o movimento de resistência da cultura afro brasileira, e representam na vida das suas crianças elementos de força e reconhecimento da sua existência e ancestralidade, sendo essencial na sua formação pessoal e educacional. Sobre as diversas formas de expressão desse saber transmitido dentro do espaço do terreiro,

O terreiro de candomblé, por exemplo, é um território de resistência ancestral, lastreado por múltiplos saberes e pela latente dinâmica de produção e difusão de conhecimentos que se perfazem no cotidiano, na experiência que se envia ao ser e estar no mundo daquelas e daqueles que o compõem (Santana, 2021, p.96).

Assim, a criança inserida dentro de sua realidade socio histórica vivencia também na escola, em sua relação fora do terreiro, as disparidades sociais e os estereótipos e preconceitos sobre a sua cor, etnia e/ou religião, descontextualizando o processo vivido no terreiro da sua formação escolar, reforçada por construções ocidentais e normativas de uma sociedade que não reconhece sua condição social pluriétnica e que interfere profundamente na formação pessoal da criança enquanto sujeito, intensificada quando existe o componente da cor negra.



Não há como negar que o preconceito e a discriminação constituem um problema que afeta em maior grau a criança negra visto que ela sofre, direta e cotidianamente, maus tratos, agressões e injustiças. Que afetam a sua infância e comprometem todo o seu desenvolvimento. No espaço escolar há toda uma linguagem não verbal expressa por meio de comportamentos sociais e disposições – formas de tratamento, atitudes, gestos, tons de voz e outras-, que transmite valores marcadamente preconceituosos e discriminatórios, comprometendo assim, o conhecimento a respeito do grupo negro (Cavalleiro, 2012, p. 98).

Nesse sentido, a autora Gloria Moura no livro *Superando o Racismo na Escola* (2005), afirma que existe uma grande dificuldade da escola em se reconhecer a partir das suas diversas origens étnicas, perdendo sua noção de identidade como consequência desse processo, e assim assimila apenas uma história, de caráter parcial e questionável, que segue sendo recontada continuamente nas escolas, dentro de padrões considerados colonizadores. Sobre tal realidade nas escolas a autora diz que a escola é falha por não permitir que a história de determinados grupos étnicos participe das construções escolares que integrem a sua existência, ao processo de formação do país, e assim, o reconhecimento não é possível.

Na verdade, na escola é negado ao estudante o conhecimento de uma história que efetivamente incorporasse a contribuição dos diferentes estoques étnicos à formação de nossa identidade, com o agravante de que a história parcial ali apresentada como exclusiva é aquela dos vencedores, dos colonizadores ou, para precisar a afirmativa, história celebratória das classes econômica e politicamente mais bem-sucedidas (Moura, 2005, p.78).

Logo, várias discussões tangentes ao tema podem servir para aprofundar a compreensão acerca da questão da criança de terreiro e sua relação com o processo de escolarização, isso por que o trabalho não se esgota apenas em compreender em qual situação ela vive sua condição dupla de criança de terreiro e estudante mas, qual o contexto social, a estrutura e a condição para essa realidade se afirmar, percebendo que os processos de discriminação chegam no contexto escolar com a mesma complexidade do racismo estrutural na sociedade brasileira.

Ainda, busca-se reconhecer os terreiros como símbolos de resistência que também possuem caráter emancipador e fortalecedor da compreensão da criança acerca de si e do mundo, contribuindo efetivamente com seu processo de formação escolar e social, percebendo na valorização da sua cultura a chave para que a educação repense o processo educador que institui também uma hierarquia que trata como menos importante as culturas



não dominantes. Sobre isso, Molina em sua tese que trata da relevância da dimensão cultural na escolarização de crianças negras, afirma que:

Para nós, aproximar a escola do contexto cultural de sua comunidade é possibilidade que outras formas de produção de conhecimento sobre o mundo, por legítimas que são, frequentem a escola com o mesmo status do conhecimento científico. Não por que os consideramos iguais. Pelo contrário, o saber científico é diferente do que chamamos de saberes tradicionais e justamente porque há uma diferença no sentido forte entre eles, há também necessidade de uma abordagem escolar séria sobre e através das suas distinções, devendo receber, portanto, um tratamento igualitário (Molina, 2011, p.20).

O esforço empreendido pelos autores visitados é o de marcar o olhar direcionado para os sinais de racismo na infância e os desdobramentos que este produz na constituição das crianças.

Além disso, o esforço se direciona para a possibilidade de destituir da instituição escolar as visões racistas e perceber esses espaços (terreiros) como produtores de conhecimentos essenciais e válidos, e de habilidades que fortalecem a identidade, o reconhecimento e a autonomia das crianças. Esse reconhecimento também perpassa a quebra de um modelo intensamente adultocêntrico, capitalista e tecnicista reproduzido nas escolas.

METODOLOGIA

A vivência aqui relatada se desenvolveu dentro do Núcleo de Educação Infantil e Anos Iniciais, que como dito anteriormente, é um espaço para aprofundamentos de temáticas que circundam a infância. Nele os alunos têm a possibilidade de diversificar os estudos através de atividades extensionistas. Nele os alunos tem a oportunidade de apontarem temáticas de seu interesse, para estudo e pesquisa, essa dinâmica propicia o protagonismo discente e fortalece os processos de auto formação.

No Núcleo apontamos temáticas e escolhemos professores que discutam/ pesquisem ou tenham interesse nela para orientações na escrita e execução de projetos de extensão. Dessa maneira o Núcleo funciona como um lugar em que a pratica interdisciplinar é latente



pois os projetos criados pelos alunos podem dialogar com projetos de pesquisa e extensão dos professores de áreas/cursos diferentes. Diante disso a escolha da temática se deu a partir do interesse/ vivencia pessoal de uma das autoras desse escrito, que trouxe como título do projeto: O racismo na infância: a criança entre o terreiro e a escola. Dessa maneira foi proposta uma atividade extensionista que teve como objetivo promover reflexões que pudessem possibilitar novos espaços de desconstrução de preconceitos e de compreensão para um desenvolvimento infantil diverso, direcionando a análise às especificidades das crianças de terreiros em experiências escolares marcadas pelo racismo religioso.

A proposta para o trabalho foi a realização de uma live na plataforma youtube através do canal DCH3, que O desenvolvimento do trabalho ocorreu em etapas. A saber: i) estudo da temática através de leituras de livros, artigos, teses e dissertações que abordavam a discussão; ii) debate sobre o que foi lido no material teórico; iii) estruturação escrita da proposta na estrutura de projeto de extensão; iv) contato com representantes de religião de matriz africana, representantes da Secretaria de Educação; pesquisadores do tema; professores da Educação Infantil; v) estruturação da live para discussão da temática em questão.

Ainda dentro da terceira etapa, realizamos o planejamento de cada ação indicada no projeto. Como estávamos em período pandêmico resolvemos indicar como ação central a produção de uma live com as falas de representantes de religiões de matriz africana, professores da Educação Infantil e pesquisadores da temática.

Para execução da live, realizamos reuniões de alinhamento, em que a primeira teve como pauta as abordagens que seriam tocadas na live que foi organizada pelo Núcleo de Aprofundamento - Educação Infantil e Anos Iniciais do DCH III, através do projeto extensionista escrito pela discente Gabriela Chagas e orientada pela professora Mestre Antoneide Silva. A live teve a participação da Prof^a Dr^a Márcia Guena (DCH III/UNEB), pesquisadora da temática; Prof^a Maisa Carla da Silva da Escola Municipal Anália Barbosa de Souza (professora da Educação Infantil) e Yalomifã Kididi Makota Ioná Pereira do Terreiro de Unzó Congo Opó Mutalengunzo e aluna Gabriella Chagas como mediadora da discussão.

A segunda reunião foi para organização junto ao NAC (Núcleo de Assessoria e Comunicação) e o canal do DCH III da dinâmica para o encontro via plataforma digital, para



estipularmos o tempo de fala, estrutura de como funcionaria a coleta das perguntas dos participantes e os ajustes em termo de conexão da internet.

Foi organizada mobilização para a divulgar o evento na comunidade acadêmica e externa. Nesse momento foi usado as redes sociais (facebook, instagram do DCH II, do Núcleo), bem como notas enviadas para os meios de comunicação (rádio e TV) dos municípios de Juazeiro e Petrolina, foram usados ainda cartazes que colocados nas principais instituições sociais dos municípios.

A live foi realizada, tivemos um total de 116 visualizações via canal do DCH III no Youtube, em que usamos um total de 3 horas para realização da live. Cada convidada teve o tempo de 30 minutos para apresentar uma perspectiva diferente do tema, unificando os esforços para discutir a questão, sendo, respectivamente, o racismo estrutural inserindo-se na escola; a escola e as propostas para o combate ao racismo religioso e a proposta das comunidades de terreiro no combate à violência contra as suas crianças, bem como a importância das mesmas no contexto cultural das religiões de matriz africana, especificamente, o candomblé de Angola.

ALGUMAS REPERCUSSÕES PROVOCADAS PELA LIVE

Com a live, pensando a criança na sua existência a partir do movimento entre a escola e o terreiro, foram cumpridos objetivos importantes para o debate do tema do racismo na infância, gerando discussões baseadas nas experiências dos grupos representados, alcançando a rede municipal escolar por meio de seus professores e gestão, a universidade através dos estudantes e professores em formação e as comunidades de terreiros.

Nas discussões algumas percepções foram formuladas para a construção de um entendimento sobre a situação que percorre a vida da criança de terreiro em seu processo escolar. Para Makota Ioná Pereira,

As crianças que saem dos terreiros e vão para as escolas, elas são constantemente violentadas e violadas, é uma coisa do dia a dia, acontece o tempo todo. Basta alguém descobrir que aquela criança é de terreiro, essa



criança passa a ser a figura negativa naquele espaço. [...] Essa criança é chamada de mal, de diabo, o todo, ela é excluída no espaço que deveria ser o espaço da inclusão. Isso acontece graças ao processo da colonização, que possui uma marca forte e cada vez mais presente no nosso país, que está infiltrada nos processos de educação.

Assim, a forma como as crianças são confrontadas em sua cultura no ambiente escolar tende a subtrair da criança o valor das construções coletivas experienciadas nos seus espaços de terreiro, produzindo sentimentos de vergonha, medo e rejeição pela escola ou pelo terreiro, a partir da descontextualização e da discriminação sustentada pelo racismo vivenciado.

Foi constatado a ausência da efetividade das leis 10639 e 11645 e as dificuldades para trabalhá-las na escola, isto também se origina dos mesmos percalços construídos pelo racismo em seu contorno institucional e estrutural reproduzido na escola pelos educadores, colegas, gestão e pelo currículo escolar. Isso se evidencia pelos estigmas relacionados às religiões de matriz africana extremamente fortes na cultura brasileira, por conseguinte na cultura escolar. Foi forte a indicação de que as escolas precisam entender a criança não é capaz de vivenciar esses dois contextos de forma segregada, mas que ao contrário, vive um processo interseccional em sua vivência entrelaçada nesses dois cenários, diante disso é necessário que a escola se modifique por dentro, pois a segregação, coloca em risco autoestima, autopercepção e o sucesso no percurso escolar (Brasil, 2003; 2008).

Logo, os desafios a superar são muitos, um dos indicados na discussão foi pensar currículos e percursos escolares que sejam capazes de contemplar as diferentes noções e propostas culturais e históricas, capazes de rever os referenciais utilizados para pensar a educação, o lugar da criança negra, de terreiro, na escola e reverenciando também o que outras culturas produzem de conhecimento e sua capacidade de produzir aspectos relevantes na formação da criança em processo escolar.

Para isso, é preciso estimular a atuação dos educadores, professoras e da gestão escolar na produção de uma proposta estruturalmente antirracista em seus espaços de diálogo e no dia a dia da sua prática, nos materiais didáticos, eventos e festividades escolares, e sobretudo na busca por autores e referenciais.



Pensar ainda que, uma educação que emancipa as populações humanas percebe a diversidade como um elemento potencializador da prática educadora. Desse modo, ao trazer o elemento racial e religioso para a discussão, não está sendo proposto algo inusitado à escola. Essa, em seu sentido mais fundamental precisa reconhecer as formas e expressões diversas que surgem através das crianças, sendo elas negras, de terreiro, indígenas, quilombolas, ciganas.

Essa discussão contesta, sobretudo, o sentido pelo qual a educação escolar existe e as formas como ela atravessa a vida das crianças. Questionando a partir de quais referenciais a escola lhes apresenta a sociedade, as noções de origem e pertencimento e a produção de outros elementos simbólicos que em muito estão sustentados pelo racismo.

A educação que se propõe antirracista é sensível à ancestralidade trazida nos cultos de matriz africana e indígena, valoriza a tradição de conhecimentos construídos em comunidade e as heranças da resistência desses povos e também produz e disputa a ideia e os modelos de escola e de educação. Nela, os espaços como os terreiros dão as possibilidades do reconhecimento ancestral e histórico e produzem conhecimentos vitais para os que neles compartilham suas experiências.

Pensar em uma educação que dialoga com o contexto cultural da criança de religião de matriz afro-brasileira ou ainda afro indígena faz parte de um processo que visa romper com o racismo mascarado pelo silêncio nas escolas percebendo o atravessamento em que a criança está sujeita nesse confronto e as suas consequências.

Logo, os diálogos do projeto de extensão proposto, se deram com o objetivo de afirmar uma necessária transformação na educação que perpassasse o fortalecimento de novas práticas pedagógicas que não se baseiem em uma cultura hegemônica e que compreenda as consequências do racismo na vida das crianças, em sua autopercepção, autoestima e processo de aprendizado. E que resultem também na afirmação de uma discussão mais profunda na qual se naturalize o processo de escolarização das crianças em suas experiências multiculturais e também no reconhecimento do candomblé e umbanda como constituintes legítimos da cultura brasileira.



Assim, pensar de que forma ocorre o relacionamento escolar da criança de terreiro atravessada nesses dois contextos (a escola e o terreiro) a partir também de uma escola atravessada pelo racismo é pensar em questões cruciais, uma delas é a compreensão do quão nocivo para o desempenho escolar o racismo produz. A autora Sueli Carneiro discute em sua tese a experiência do estudante negro na escola, permeada pela sua condição e afirma que o abandono, ou o desempenho negativo no ambiente escolar, poderia estar a refletir a condição de “incorrigíveis”, de parte do alunado negro, no sentido de não dispor de recursos, em particular emocionais, para conformarem-se aos processos de fixação/sujeição presentes na escola (Carneiro, 2005).

A autora nos chama a pensar sobre a condição ou não de permanência dessa criança. Ela interpela a escola sobre o seu papel e lugar dentro dessa problemática. Isso nos toma de uma maneira urgente a necessidade de propormos momentos de reflexão sobre essas violências.

O trabalho apresentado possibilitou reiterar que o atual contexto histórico e social brasileiro ainda reproduz a realidade da discriminação e do racismo no ambiente escolar (na qual as práticas das religiões de matriz africanas e indígenas seguem sendo vítimas e vitimizadas), e que essa condição atinge principalmente as crianças negras ainda que não estejam inseridas nessas religiões, consequência de uma colonização que ainda está ocorrendo. Para Guena:

É necessário descolonizar as formas de pensar, as formas de ser e a forma de saber, romper com o que nos fez valorizar extremamente as culturas brancas e a europeias e desvalorizar completamente as culturas negras e indígenas dos nossos territórios. [...]Precisamos entender que a colonização não terminou, por que nós absorvemos toda estrutura de poder do colonizador, em uma sociedade cujas riquezas estão concentradas na mão de uma elite histórica que estão na política.

Logo propõe-se também, perceber de que forma o racismo acompanha a vida escolar dessas crianças e quais as consequências desse atravessamento nas suas experiências escolares e nas expectativas de mundo e de si.

As discussões da live provocaram uma reflexão da necessidade da escola reconhecer o racismo em suas práticas, interromper suas formas de se impor, pensando em como



reproduzem a discriminação. E sendo um espaço onde as diversidades se expressam e se reconhecem, ela também deve ser o lugar em que as discussões e tentativas para superar o racismo e a discriminação não devem se esgotar. Ioná aponta que,

A escola não está conseguindo se abrir para a diversidade, pois para muitas crianças é a porta de entrada para a vida em sociedade, mas é o espaço que nega, violenta e afasta a criança de terreiro, marcando –a por toda sua vida. A questão da religiosidade perpassa pelo direito de existir das pessoas, as pessoas são e devem estar dentro dos processos religiosos que lhe agradam, lhe fazem bem que lhe dão condição de se sentir ser humano e pertencente a uma comunidade, mas isso é negado ao povo de terreiro, por que esses tem a marca demonizante deixada pela colonização.

Ainda que não tenhamos resultados tão visíveis da nossa intervenção extensionista acreditamos que as interpelações deixaram a cabeça de todos a necessidade de tentarmos responder algumas questões, sob pena da história nos imputar uma inercia diante de uma violência e uma exterminação ainda simbólica das crianças que professam religião de matriz africana.

NOSSAS CONCLUSÕES

A partir das análises ocorridas durante a palestra foi possível compreender que ainda existem muitos passos a serem dados rumo à uma educação antirracista e na criação de meios que reflitam o papel da escola no processo de valorização da cultura afro-brasileira, o que consequentemente conduziria a educação para uma proposta que reconheça os saberes e construções evidentes nos espaços de religião e culturas africanas indígenas no Brasil. As dificuldades também se encontram na estrutura e formação dos currículos escolares e na difusão de ideias preconceituosas sobre as religiões de matriz africana, sustentadas pelo racismo estrutural que se diferencia enquanto racismo institucional ao chegar nas escolas, perpetuando práticas colonizadoras e excludentes. Assim, produzir um caminho no qual a escola consiga dialogar com as diferentes formas de conhecimentos seja científico ou tradicional, seria uma alternativa ao combate ao racismo e ao apagamento das culturas de matriz africanas e indígenas. Também se conclui que ainda são necessários instrumentos de



avaliação sobre a realidade da aplicação e execução da lei 10.639 e 11.645, sobre o ensino das histórias e culturas africanas e indígenas no Brasil.

Dessa forma, o projeto suscitou uma reflexão sobre quão limitadas são as visões que separam a escolarização das crianças de seu processo sociocultural e em consonância duvidam da potencialização do aprendizado das mesmas como consequência da valorização da sua expressão cultural sob pretextos que colocam os saberes “não científicos” e os conhecimentos de tradições afro indígenas em uma lógica hierarquizante, sendo desconsiderados enquanto educadores e válidos.

Diante do que já foi pontuado aqui deixamos algumas questões para que todos nós (escola, sociedade civil organizada, órgãos de gestão) reflitamos e possamos responder, dividimos aqui com os leitores dessa comunicação, para que possamos engrossar a fila daqueles que almejam uma educação emancipatória. Propomos pensarmos sobre: Como a experiência do racismo na infância em seu contexto escolar afeta a qualidade da permanência das crianças de terreiro e negras na escola? Não seria o terreiro também um espaço de produção de conhecimento e de desenvolvimento que beneficia também o processo escolar para estas e outras crianças? Ou mesmo, em quantas grades a escola se fechou diante de sua escolha pretenciosa de adotar um referencial que rejeita a cultura de sua própria nação? (ao ponto de gerar experiências de racismo a crianças por sua vivência em terreiros). E por fim, como essas crianças estão sendo afetadas por essa violenta experiência? Vamos pensar?

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Patrício Carneiro. **Entre o terreiro e a escola: lei 10.639 e a intolerância religiosa sob o olhar antropológico**. 2015. 255 f. Dissertação (Doutorado em Antropologia) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

BRASIL. **Lei n. 11.645/2008**, de 10 de março de 2008. Altera a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008.



BRASIL. **Lei no 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira', e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003. Disponível em: Acesso em: 10 jun. 2023.

CAPUTO, Stela Guedes. **Educação nos terreiros**: e como a escola se relaciona com crianças de Candomblé. Rio de Janeiro: Pallas, 2012, 296 p. Antropolítica - Revista Contemporânea De Antropologia, (36).

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 339 f. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do Silêncio Do Lar Ao Silêncio Escolar**: Racismo, Preconceito E Discriminação Na Educação Infantil. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

GOMES, Nilma Lino. **Um olhar além das fronteiras educação e relações raciais**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

MATTAR, Denise. **Mestre Didi mo ki gbogbo in**: eu saúdo a todos. Ed 1. Galeria Almeida e Dale, 2018.

MOLINA, T.S. **Relevância da dimensão cultural na escolarização de crianças negras**. 2011. 242f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

MUNANGA, K. (Org.) **Superando o racismo na escola**. Brasília: MEC/Secretaria de Ensino Fundamental, 1999.

SANTANA, Silva, H. M.; de SANTANA, M. (2021). "Ewé Ó!": crianças de terreiro e seus etnosaberes. **ODEERE**, v. 6, n. 2, p. 96-115. DOI: <https://doi.org/10.22481/odeere.v6i2.9875>.

SOUSA, Kássia Mota de. **Entre a escola e a religião**: desafios para as crianças de candomblé em Juazeiro do Norte. 2010. 145f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza - CE, 2010.

TRINDADE, Azoilda Loretto. **O racismo no cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

UNEB, Universidade do Estado da Bahia. **Regimento Interno dos Núcleos de Aprofundamento**, DCH III / UNEB, 2021.